

## 2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GONDOMAR

### Anúncio n.º 1155/2007

A juíza de direito Maria João Mariz, do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Gondomar, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 2340/03.8TAGDM, pendente neste Tribunal contra o arguido Mihail Cebotari, filho de Ilhogie Cebotari e de Catarina Cebotari, nacional da Moldávia, nascido em 5 de Agosto de 1965, passaporte Ao439886, com domicílio no Largo da Senhora da Piedade, 6, por se encontrar acusado da prática de um crime de abuso de confiança, previsto e punido pelo artigo 205.º do Código Penal, praticado em 2 de Julho de 2003, por despacho de 7 de Dezembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, pelo facto de o mesmo ter prestado termo de identidade e residência nos presentes autos.

24 de Janeiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria João Mariz*. — A Escrivã Auxiliar, *Cláudia Sousa*.

## 2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

### Anúncio n.º 1156/2007

#### Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 6804/06.3TBGMR

Credor — Hermano José Simões Oliveira.  
Insolvente — CIPAL — Cerâmica Industrial Pombalense, L.ª

No 2.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Guimarães, no dia 29 de Dezembro de 2006, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora CIPAL — Cerâmica Industrial Pombalense, L.ª, número de identificação fiscal 501871535, lugar de Ventosela, 551, Briteiros, São Salvador, 4805-447 Guimarães, com sede na morada indicada.

É administrador da devedora António Neves Lisboa, lugar de Ventosela, 551, Briteiros, São Salvador, 4800 Guimarães, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para administradora da insolvência é nomeada a Dr.ª Paula Peres, com domicílio na Praça do Bom Sucesso, 61, Trade Center, 5.º, sala 507, 4150-144 Porto.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno ou limitado [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento e montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidores;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 15 de Fevereiro de 2007, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

### Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Juiz (artigo 193.º do CIRE).

2 de Janeiro de 2007. — O Juiz de Turno, *João Carlos Pires de Moura*. — O Oficial de Justiça, *Constantino Sérgio Alves Silva*.

1000310634

## 4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

### Anúncio n.º 1157/2007

#### Insolvência de pessoa colectiva (apresentação) Processo n.º 5631/06.2TBGMR

Insolvente — Calçado Mirafior, L.ª  
Credor — Lisboa — Instituto Gestão Financeira da Segurança Social — sede e outro(s).

Calçado Mirafior, L.ª, número de identificação fiscal 504358464, com endereço na Rua de São Tiago, 765-B, Candoso São Tiago, 4800-000 Guimarães, e Domingos Lopes de Miranda, com endereço na Rua do Souto, Quinta da Bengada, São Faustino, 4815-374 Guimarães, ficam notificados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa.

Efeitos do encerramento — os constantes do artigo 233.º do CIRE.

21 de Dezembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Pedro Miguel Silva Rodrigues*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Augusto Teixeira Oliveira*.

3000224359

## 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ÍLHAVO

### Anúncio n.º 1158/2007

#### Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 1278/06.1TBILH

Credor — Ministério Público.  
Insolvente — JODAMA — Construções Cívicas, L.ª

No 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ílhavo, no dia 26 de Janeiro de 2007, às 19 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor JODAMA — Construções Cívicas, L.ª, número de identificação fiscal 502174170, com sede na Rua Central, 70, Gafanha do Carmo, 3730 Ílhavo.

São administradores do devedor David Soares Caçoilo, número de identificação fiscal 115491112, com endereço na Rua Central, 3, 3830-404 Gafanha do Carmo, e Manuel Louro Diamantino, com endereço na Rua Central, 3, Gafanha do Carmo, 3730 Ílhavo, a quem é fixado domicílio nas moradas indicadas.

Para administrador da insolvência é nomeado Albino José Correia Arromba da Cunha, com endereço na Rua de Manuel Melo Freitas, 25, 2.º, esquerdo, 3800-217 Aveiro.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente anúncio (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 20 de Março de 2007, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

#### Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

30 de Janeiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Teresa Jesus Coimbra*. — O Oficial de Justiça, *Ana Conceição Monteiro*.

3000225281

### 1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LEIRIA

#### Anúncio n.º 1159/2007

O juiz de direito Marco António de Aço e Borges, do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Leiria, faz saber que no processo comum (tribunal singular)

n.º 1234/03.1TALRA, pendente neste Tribunal contra o arguido Rui Paulo Dias Moreira Amado da Cunha, filho de João José Amado da Cunha e de Marília Dias dos Santos Moreira Cunha, natural de Angola, nacional de Portugal, nascido em 18 de Julho de 1961, estado civil desconhecido, profissão desconhecida ou sem profissão, bilhete de identidade n.º 9579283, com domicílio na Rua Madeiras, 10, Travessa Joé Carvalho Novo, Marrazes, 2400-000 Leiria, por se encontrar acusado da prática de dois crimes de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º, n.º 1 do Código Penal, praticado em 22 de Novembro de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 12 de Dezembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal.

A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos:

a) Suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal;

b) Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração;

c) Proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas;

d) O arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

24 de Janeiro de 2007. — O Juiz de Direito, *Marco António de Aço e Borges*. — A Escrivã-Adjunta, *Helena Santos*.

### 3.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LEIRIA

#### Anúncio n.º 1160/2007

A juíza de direito Isabel Namora, do 3.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Leiria, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 505/99.4TALRA, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís Manuel Pereira Penha, filho de Isac Penha e de Leonilde de Jesus Pereira, natural de Óbidos, Santa Maria (Óbidos), nascido em 29 de Dezembro de 1966, solteiro, com domicílio na Rua de Afonso Ens, 1, 1.º, 2500-000 Caldas da Rainha, por despacho de 14 de Novembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por se apresentar em juízo.

5 de Dezembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Isabel Namora*. — A Escrivã-Adjunta, *Fátima Gomes*.

#### Anúncio n.º 1161/2007

A juíza de direito Isabel Namora, do 3.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Leiria, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 1253/01.2TALRA, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís Manuel Pereira Penha, filho de Isac Penha e de Leonilde de Jesus Pereira, natural de Santa Maria (Óbidos), nacional de Portugal, nascido em 29 de Dezembro de 1966, casado, número de identificação fiscal 158294580, bilhete de identidade n.º 9335258, com domicílio na Rua de Afonso Enes, 1, 1.º, 2500-000 Caldas da Rainha, por despacho de 14 de Novembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por se apresentar em juízo.

5 de Dezembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Isabel Namora*. — A Escrivã-Adjunta, *Fátima Gomes*.

### 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

#### Anúncio n.º 1162/2007

##### Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 501/06.7TYLSB

Credor — Armando Pereira — Materiais de Construção, L.<sup>da</sup>  
Insolvente — Cabanas Vilas — Construtora Imobiliária, L.<sup>da</sup>

No 1.º Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa, no dia 25 de Janeiro de 2007, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Cabanas Vilas — Construtora Imobiliária, L.<sup>da</sup>, número de identificação fiscal 503092169, com sede na Vivenda Caruncho, Cabanas, Quinta do Anjo, 2950 Palmela.

São administradores do devedor Carlos Manuel Felicidade Caruncho, com endereço na Vivenda Caruncho, Quinta do Anjo, 2950 Palmela, Maria Etelvina Felicidade Caruncho, com endereço na Avenida do Visconde do Tojal, 305, Cabanas, 2950 Setúbal, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).